

CONSTITUINTE

Arinos recusa apelo *que pag 6*
de Sant'Anna para
aceitar suas emendas

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

O senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, manteve ontem a sua disposição de respeitar rigorosamente o regimento interno após ter recebido a visita do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Sant'Anna expôs a Arinos o entendimento de que a distinção entre emendas de conteúdo e emendas de mera adequação depende de avaliação subjetiva. Não haveria sentido em proibir a apresentação de emendas de conteúdo ao projeto de Constituição que resultou do trabalho das comissões de temas.

O líder do governo coordenou a apresentação de cerca de cem emendas pelo grupo de parlamentares mais afinados com o Palácio do Planalto que alteram o projeto.

Há emendas que alteram o sistema de governo, aumentando os poderes do presidente da República em relação ao Parlamento. Outras alteram o alcance da anistia, restringindo-a aos termos atuais, previstos na emenda constitucional nº 26, admitindo a rein-

tegração dos punidos por crimes políticos, mas mantendo-os na reserva, com os vencimentos que teriam caso tivessem sido promovidos por antiguidade durante o período de afastamento. O projeto reintegrar os civis e militares às funções que teriam, caso não se tivessem afastado, e adota o critério de promoções por merecimento.

Afonso Arinos indeferiu mais de 80% das mais de 5 mil emendas que os assessores do Congresso julgaram não ser de mera adequação de texto. "Não compete a mim apreciar teses, mas aplicar o regimento, que proíbe emendas de mérito", disse o senador.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), estendeu por dois dias o prazo para entregar o novo projeto, incorporando as emendas de adequação. Ele deverá entregá-lo ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na quinta-feira à noite. A discussão e a votação do projeto na Comissão de Sistematização terão início no sábado. No dia 15 de julho, o projeto deverá estar concluído para ser enviado ao plenário, no dia 17.

Mesa conclui as normas
para acompanhar votação

por Zanoni Antunes
de Brasília

A mesa da Assembléia Constituinte, reunida ontem sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães, aprovou uma série de medidas para o funcionamento do Congresso Constituinte para evitar que a atuação dos grupos de pressão constriam os parlamentares. Normas mais rígidas têm como objetivo evitar que populares provoquem tumultos nas votações do plenário constituinte.

Com relação à ocupação das galerias por populares, o primeiro secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, disse a este jornal que o acesso ainda depende de decisão da Mesa, mas adiantou que deverá prevalecer o fornecimento proporcional de senhas aos partidos políti-

cos. Cordeiro informou, ainda, que a circulação de pessoas nas dependências do Congresso será livre, resguardadas às áreas privativas dos parlamentares, funcionários e jornalistas. Essas áreas são os salões verde na Câmara e azul, no Senado.

A mesa da Constituinte decidiu, no entanto, permitir a circulação em áreas restritas aos representantes de entidades, como sindicatos, federações e associações, que receberão crachás especiais na proporção de cinco para cada entidade. O Salão Negro do Congresso, por sugestão do deputado Marcelo Cordeiro, será destinado às manifestações populares.

Ficou decidido também que não haverá revista de pessoas, mas sim a instalação de um aparelho para detectar metais nas portas de acesso às galerias.

Empresários realizam
manifestação no Sul

por Beth Copetti
de Porto Alegre

Cerca de cinco mil empresários do setor primário, comércio, indústria e serviços confirmaram participação hoje, em Esteio (RS), no "Movimento pela Liberdade Empresarial", organizado pelo Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), contra a estabilidade, a jornada de 40 horas e outras conquistas dos trabalhadores na Comissão da Ordem Social da Constituinte. Durante a mobilização serão distribuídos cadernos para que os empresários colham assinaturas em suas localidades de origem, apoiando emenda ao artigo sobre a estabilidade no emprego. O objetivo é conseguir 100 mil assinaturas, segundo os organizadores do encontro.

Os empresários querem dizer aos constituintes que a estabilidade é incompatível com o princípio da livre iniciativa, alegando que a empresa é uma atividade de risco. Eles destacam o efeito negativo desta medida para a sobrevivência das empresas, em especial das pequenas, que representam 90% do total no estado, e afirmam que a estabilidade vai nivelar os trabalhadores capazes com os menos capazes.

O presidente do CIERGS, Luiz Carlos Mandelli, entende a Manifestação como o início de uma fase de entendimento entre empregadores e empregados — raciocínio feito a partir de afirmações do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, de que incluir na constituição estabilidade e jornada de 40 horas é demagogia. E o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), Cesar Rogério Valente, considera a manifestação de hoje como "uma demonstração forte para que os constituintes vejam que a estabilidade pode explodir junto aos trabalhadores". Segundo ele, a impossibilidade de trabalhar com liberdade fará as empresas dispensarem empregados.

Para o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) no estado, José Carlos Schulte, "é um absurdo os empresários se reunirem para isso, quando deveriam estar discutindo a soberania nacional e o desenvolvimento do mercado interno". "Se as conquistas trabalhistas não chegarem ao texto final da Constituinte, "será uma prova de que os constituintes fazem o jogo do patrão", disse.

Delfim apóia proposta
de suspender trabalhos

A proposta do senador José Richa (PMDB/PR) de suspender os trabalhos da Constituinte por trinta dias foi considerada sensata pelo deputado Delfim Netto (PDS/SP). "Essa idéia poderia trazer o Congresso ao seu centro de gravidade. O Congresso, hoje, está realizando uma sessão por semana", afirmou.

"Nós não precisamos ganhar o campeonato de tempo na produção da Constituinte. Nós devemos produzir uma boa Constituição. Devemos fazer uma competição de qualidade. A versão preliminar da Constituição é lamentável, mas não deve ser levada como um fato irreversível. Eu acho que ela hoje é uma justaposição de pedaços

completamente independentes."

Segundo Delfim, o deputado Bernardo Cabral é um homem extremamente competente e vai dar uma versão final muito aceitável para essa Constituição.

O senador José Richa mostrou-se ontem, no Rio, satisfeito com a repercussão da Constituinte por trinta dias vem alcançando junto às lideranças políticas. O senador negou que tivesse pedido formalmente o recesso pois, do contrário, não estaria consultando as lideranças, alegando ter apenas levantado a hipótese de alguma coisa que se pudesse fazer em benefício da atual conjuntura.